

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiali Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lossó

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguiinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lossó — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguiinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lossó — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguiinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 175.ª Sessão (Extrordinária)**  
**Realizada em 15 de outubro de 1974 - (Terça-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Erondy Silvério — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara e Ovidio Franzoni (9); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agnaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (38).

Verificada a inexistência de número legal o Sr. Presidente deixa de abrir a Sessão, convocando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, às 14,00 horas, com a mesma

**ORDEM DO DIA**

designada para a Sessão de hoje.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 176ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 15 de Outubro de 1974 (TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ovidio Franzoni e Gilberto Carvalho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Agnaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Lázaro Dumont — Paulo Camargo — Quilse Crisóstomo e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGEM:**

**MENSAGEM — 59/74**

Curitiba, 16 de setembro de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de junho de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município de Tapejara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA**

C.G.C. 75.511.170/001 — Rua Pará, 58 — Tapejara — Paraná

**MINUTA DE CONVÊNIO DE RÁDIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Tapejara, com a finalidade de realizar a implantação do complexo de rádio comunicação, integrado, auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através de provimento e infra-estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos catorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública presentes o Sr. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Noé Caldeira Brant, Prefeito Municipal de Tapejara, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A Prefeitura Municipal de Tapejara, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 085/74, de 14-06-74, para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia de Polícia local, Sub-Delegacias dos Distritos Judiciários de Jurisdição do Município, e respectivos veículos, das instalações dos serviços de rádio fonia e telegrafia, cujas especificações e tipos, serão objeto de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em Eletrônica e Telecomunicações do Gabinete da SES.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal, passarão a fazer parte do patrimônio da Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos forem necessários para completar as Sub-Delegacias de Polícia no interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para os veículos da Polícia Judiciária.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — Caberá à Polícia Civil, da SESP, fornecer o pessoal especializado para a manutenção e operação dos serviços de rádio.

**CLÁUSULA QUARTA** — O Serviço de Rádio Comunicações servirá para fins normais de comunicações entre a Delegacia de Polícia local com a sede da Subdivisão Policial, e outras Delegacias, ou demais órgãos públicos, bem como aquele órgão e veículos da Polícia Judiciária.

**CLÁUSULA QUINTA** — A Prefeitura Municipal de Tapejara, terá acesso ao uso do serviço de rádio nas eventuais necessidades administrativas, bem como será utilizado para a Municipalidade, em casos de calamidade pública, catástrofe, doenças ou qualquer emergência.

**CLÁUSULA SEXTA** — Os aparelhos tratados neste ajuste, serão instalados na Delegacia de Polícia, Sub-Delegacias e respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos e não poderão ser retirados sob nenhum pretexto, do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidades diversas das previstas no presente convênio.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — Este convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado, quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas no presente termo, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 17 de julho de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança.

Noé Caldeira Brant — Prefeito Municipal de Tapejara.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

A Comissão de Constituição e Justiça.

**OFÍCIOS:**

Sob os n.ºs. 240, 241, 242, 243, 244, 250, 251 e 252/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando o haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

27/74: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Rolândia, as datas de terras que especifica, de propriedade do Estado, e d outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.613. — Agradeça-se.

31/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 15-74, que visa doar à Associação de Caridade Proteção à Maternidade e Infância da cidade de Rio Negro, o imóvel denominado "Hospital Bom Jesus de Rio Negro", de propriedade do Estado e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.615. — Agradeça-se.

90/74: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.615. — Agradeça-se.

42/74: Do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Escola Santa Marcelina, da cidade de Piraí do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.614. — Agradeça-se.

115/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 43/74, que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria da Educação e Cultura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.617. — Agradeça-se.

116/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 44/74, que estabelece nos termos da Legislação Federal específica, novos Níveis para as Aliquotas do ICM, a partir do exercício financeiro de 1975, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.618. — Agradeça-se.

86/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 31/74, que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.620. — Agradeça-se.

444/68: Do Senhor ex-Deputado Roberto Wypych que outorga o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor João de Medeiros Calmon, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.622. — Agradeça-se.

43/74: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Camborá, uma Caminhonete Chevrolet ano 1964 de propriedade que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.619. — Agradeça-se.

Sob o n.º 03/74, do Senhor Onézimo Ferraz, Prefeito Municipal de Londrina, convidando os Senhores Parlamentares para a VII Exposição Feira Agro-Pecuária e VI Festa do Peão, no Parque de Exposição "Governador Paulo Pimentel", no período de 03 a 10 de novembro próximo vindouro. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 184/74, do Senhor Altavir Zaniolo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, comunicando que em data de 1.º do mês em curso, tomou posse na Presidência daquela Federação. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer a inserção em Ata de voto de verdadeira compunção pelo passamento da Senhora

Clotilde Zanello Archegas casada com o Senhor Abílio Leandro Archegas e genitora do funcionário deste Poder e jornalista Dilmar Abílio Archegas.

A notícia do seu passamento repercutiu dolorosamente, pois a extinta, pelas excelsas virtudes e pelos dotes coracionais que lhe exornavam o viver, soube grangear o respeito e a admiração da família curitibana.

Aprovado o requerido, solicita o Autor seja a Decisão da Casa, acompanhada de cópia deste Requerimento, comunicada à família enlutada, por intermédio do Doutor Dilmar Abílio Archegas, juntamente com expressões de sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja devolvida ao Poder Executivo a Mensagem Governamental n.º 64/74, tendo-se em vista que contém matéria de tão grande importância para o Estado do Paraná e que somente em 9 de outubro do corrente ano a mesma deu entrada na Divisão de Comissões para apreciação.

Outrossim, levando-se em consideração a relevância do assunto a ser discutido, formulo um apelo ao Governador Emílio Gomes, para que no regresso da mesma à Assembleia não invoque o prazo constitucional estabelecido pelo § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Idêntico apelo faço com relação ao Projeto 163/74, que majora consideravelmente as Taxas de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores General Ney Aminthas de Barros Braga, Ministro da Educação e Cultura e Emílio Gomes, Governador do Estado, reiterando na reivindicação da federalização da Universidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1974.

(a) — David Federmann

#### JUSTIFICATIVA:

A Universidade de Ponta Grossa, abriga em seus diversos departamentos cerca de 2.500 alunos e foi uma das primeiras entidades de ensino superior a se adaptar às novas normas que a reforma educacional impõe. Pelo seu elevado padrão técnico tem formado numerosos profissionais que tem se destacado que nas carreiras liberais ou desportado frequentemente em concursos para provimento de cargos, os mais categorizados tanto na área civil como nos diversos setores das Forças Armadas.

Para conseguir o seu objetivo de elevado gabarito educacional, a Universidade de Ponta Grossa luta com dificuldade de ordem orçamentária que só podem ser superadas sem o aumento de taxas, pelo carreamento de verbas federais, uma vez que o Estado não possui condições indispensáveis para enfrentar as exigências financeiras de nossa Fundação de Ensino Superior. Acresce notar que a medida pleiteada viria, ainda, de encontro às aspirações dos que, como discentes e docentes, constituem a própria vida da Universidade Pontagrossense.

Somente com a sua federalização poderá a Universidade de Ponta Grossa, implantar novos cursos e atender satisfatoriamente a constante demanda de vagas exigida pela nossa juventude que tem sede de estudar.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 169/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Poema, no Município de Pitanga, com as divisões seguintes: "iniciando nas nascentes do córrego Jacutinga, daí, por uma linha seca, até encontrar as cabeceiras do córrego do Tigre deste até sua foz no Rio Corumbataí segue rio abaixo até encontrar a embocadura do Rio Muquilião; por este, rio acima, até encontrar a desembocadura do córrego Jacutinga; continua pelo mesmo até o ponto de partida".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1974.

(a) — João Mansur

JUSTIFICAÇÃO: — O memorial anexo, subscrito pelo operoso Prefeito do Município de Pitanga, expõe com bastante felicidade e riqueza de dados, a reivindicação daquela Municipalidade, no sentido da criação do Distrito de Poema.

Os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1963 (Lei Orgânica dos Municípios, do Art. 9.º, estão plenamente satisfeitos, de modo a convencer o legislador da conveniência e oportunidade da criação do Distrito de Poema, no Município de Pitanga.

Por tais motivos, certamente esta proposta obterá o unânime apoio dos ilustres representantes da comunidade paranaense.

##### PROJETO DE LEI N.º 170/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a União Espírita Beneficente Jesus Maria-José entidade mantenedora do Asilo à Velhice desamparada e do Retiro Fraternal dos Meninos, com sede e foro na cidade de Morretes Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1974.

(a) — Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade cujos serviços assistenciais, que presta à comunidade de Morretes, são inestimáveis, como se pode verificar da documentação inclusa, merecendo ser declarada de Utilidade Pública, quer pela sua significativa atuação no setor da assistência social, quer no plano espiritual. Ademais, a farta documentação que instrui o Projeto comprova preencher, a referida instituição, todos os requisitos exigidos pela Legislação que regula a matéria. Daí a nossa certeza de que esta Casa haverá de acolher este Projeto, aprovando-o.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Grande Expediente ao Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): — "Comemoramos a 25 de julho deste ano, o Sesquicentenário da Colonização alemã em nosso País. Sabemos todos, o que representou essa imigração e o que continua a representar para os brasileiros de ascendência germânica, que trabalham pelo progresso e desenvolvimento do Brasil. Não há um setor sequer, de nossa vida política cultural ou econômica, em serviços comércio e indústria, que os homens vindos da pátria de Goethe e de Schiller, de Wagner e de Beethoven, de Lutero e de Baedel não se dediquem prosperando e contribuindo para a prosperidade desta terra que os recebeu e acolheu de todas as partes, que os integrou à nacionalidade, fazendo-os cidadãos pátrios, com os mesmos direitos e obrigações de todos os brasileiros aqui nascidos. Um destes magníficos exemplos é o caso do próprio supremo mandatário da Nação, o nosso Presidente Ernesto Geisel, que também é descendente de alemães.

Inúmeras gerações de nomes tipicamente germânicos vem se sucedendo no tempo. Feitoria Velha, depois São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, depois Curitiba e Rio Negro no Paraná, Rolândia, Castro, Palmeira e mais recentemente Guarapuava, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Matelândia, Palotina e outras cidades no Paraná, sem falar em Blumenau Joinville e tantas e tantas outras cidades e municípios deste imenso Brasil, viram a etnia alemã chegar, tranquila, mas com firmeza, serena mas laboriosa, consciente do seu valor, mas humilde, sem orgulho disposta a tudo fazer por uma vida nova, de paz, de trabalho, de esperança.

Sabemos da história dessa colonização. Sabemos que os primeiros tempos em Feitoria Velha como em outros lugares foram árduos e difíceis. Nem todas as promessas que lhes foram feitas, puderam ser cumpridas. Após semanas e mais semanas no Oceano Atlântico, aportaram às margens do Guaíba, em Porto Alegre. Daí, em barcos rústicos, subiram o Rio dos Sinos e, nas margens deste rio, era o seu destino. E aí ficaram e daí partiram para outros lugares do Rio Grande do Sul e Brasil.

Encontraram lá, os lotes de terras e começaram a luta, que de início limitou-se a um trabalho pela própria sobrevivência. Construídas as primeiras casas, passaram a ter um lar onde se abrigar do minúsculo implacável, do inverno, pior do que a neve, como testemunharam muitos imigrantes; e, do calor, no verão. Logo começaram a limpeza do terreno para a plantação das primeiras sementes.

Toynbee, o grande mestre da história universal, diz que a civilização americana desenvolveu-se mais do que a brasileira, porque o português não encontrou aqui as condições ambientais da velha Europa, quando o inglês já conhecia a resposta aos réptos, aos desafios que encontrou em solo americano.

Os alemães situados no sul do país, de certo modo souberam como proceder, pois as condições ambientais, embora diversas, das de sua pátria de origem, não eram tão diferentes, tão contrastantes como as que o nordeste ofereceu ao português.

Por outro lado, de Feitoria Velha a Porto Alegre, o grande empório comercial da época (S. Leopoldo, antiga Feitoria Velha, situa-se hoje na área da grande Porto Alegre), a distância não era de desanimar os brotos imigrantes e ali estava o Rio dos Sinos, de águas tranquilas, a permitir um acesso, embora difícil, na época, à Capital da Província de São Pedro, mais tarde R. Grande do Sul.

Quem visita nos nossos dias as regiões colonizadas pelos valentes imigrantes alemães, não podem sequer imaginar o que custou de trabalho, esforços, valor e patriotismo, partir da terra inóspita e desabitada, para a construção, de cidades que encham nossos olhos e fazem bem ao coração.

Nós que conhecemos bem de perto o grande trabalho desenvolvido pelos alemães e descendentes em nosso Estado, podemos testemunhar o grande altruísmo, o ideal de que são possuídos. Veja-se a Colônia Witmarsum em Palmeira veja-se a Colônia Entre Rios em Guarapuava. Veja-se as cidades que ajudaram decisivamente a construir, como Curitiba, R. Negro, Palmeira, Rolândia Mal. Cândido Rondon e tantas outras. Observe-se ainda o alto padrão arquitetônico e o planejamento adequado de desde o início se implantou nelas.

Estes e outros fatos merecem um especial destaque e realce.

Assim queremos homenagear os alemães daqui e do além mar.

Homenageamos as famílias brasileiras que trazem nomes alemães, como o avô de minha esposa, neto de um dos primeiros imigrantes alemães a desembarcar às margens do Rio dos Sinos.

Homenageamos as cidades e colônias paranaenses de origem germânicas, aos meus amigos, a Comissão Assessora para assuntos da etnia germânica, que sob a coordenação de Raul Rodmann, nos tem prestado valiosíssima colaboração a nossa atuação parlamentar, e a todos aqueles que, firmes e constantes, decididos e corajosos, trabalham pela maior integração da cultura alemã à cultura brasileira e que lutam arduamente pelas maiores relações entre Brasil-Alemanha, em todos os campos.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que fiquem estas homenagens registradas e para que se traduzam também como as do povo paranaense propomos e solicitamos a aprovação por parte desta Assembleia, dos seguintes Requerimentos, para registro nos Anais históricos do Paraná: (Lê)

#### "Requerimento

Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do Sesquicentenário da Colonização Alemã em nosso País, ocorrido em 25 de julho do corrente ano.

Como brasileiros, reconhecemos a ativa participação do elemento de origem alemã em todas as atividades, desde o início de nossa história até os dias presentes.

No decorrer destes longos anos o Brasil tem crescido vertiginosamente graças a esta participação de todos os que aqui aportaram, dentre os quais, se destacam acentuadamente os de origem germânica.

Assim justo é que prestemos a eles uma homenagem que se traduza pela aprovação desta proposição.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao Sr. Cônsul da República Federal da Alemanha em nosso Estado, para que o mesmo dê ciência às autoridades do País amigo deste preito do amizade e reconhecimento e o expresse aos descendentes de alemães residentes em seu setor jurisdicional.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1974.

(a) — Igo Losso".

"Requerimento

Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Sociedade Beneficente Rio Branco de Curitiba, pelo transcurso de seu 90.º aniversário, ocorrido no dia 19 de julho do corrente ano.

A Sociedade Rio Branco é o maior clube teuto existente no Brasil, com sua sede construída em 1910.

Foi a pioneira das Sociedades, que tiveram como objetivo primordial assistir aos seus associados em caso de doença e morte, prestando-lhes beneficência, além de suas finalidades recreativas e culturais.

Fundada por um grupo de idealistas, ela continua hoje gozando de um grande conceito social, pelo espírito de amizade e companheirismo familiar ali reinante entre todos os seus associados que são em elevado número.

Nestes 90 anos, grandes benefícios trouxe à coletividade curitibana e paranaense.

Assim, justo é que se preste esta homenagem, merecida, aos pioneiros do Clube e aos seus atuais dirigentes e sócios.

Requeiro uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à entidade, da decisão da Casa.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1974.

(z) — Igo Losso".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/68 que autoriza a Comissão Executiva deste Poder enviar ao Congresso Nacional sugestões e críticas sobre projeto de Lei em tramitação naquela Casa, que trata da redivisão territorial do Brasil. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 33/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o desenvolvimento do Programa e Controle do Câncer no Estado. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 564/62 que cria, no Município de Barracão, o Distrito Administrativo de Tiradentes, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 631/65, criando o Distrito Administrativo e Judiciário de Rio 14, no Município e Comarca de Francisco Beltrão. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 321/68, que cria no Município de Cascavel o Distrito Administrativo e Judiciário de Alvorada D'Oeste, com sede e divisas que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 428/68, que dá novas Divisas ao Município de Nova Olímpia. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/69, que passa à responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada Municipal que liga o Município de Jacarezinho ao da Barra do Jacaré, numa extensão de trinta quilômetros. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 11/70, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Centenário do Sul, com Jurisdição nos Municípios de Lupionópolis, Cafeara, Florestópolis e Porecatu. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Clotilde Zanella Archegas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja devolvida ao Poder Executivo a Mensagem Governamental n.º 64/74, tendo-se em vista que a mesma contém matéria de grande importância para o Estado, e que somente em 09 de outubro do corrente ano, a mesma deu entrada na Divisão de Comissões para apreciação, ficando apelo ao Projeto de Lei n.º 163/74, que majora as Taxas de Segurança Pública. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e Governador do Estado, reiterando na reivindicação da federalização da Universidade de Ponta Grossa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do Sesquicentenário da Colonização Alemã em nosso País. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 90.º aniversário da Sociedade Beneficente Rio Branco de Curitiba. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 15, quarta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 259-72, 16-74, 94-74 e 99-74.
- 2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 243-73, 279-73 e 44-74.
- 1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 55-73, 80-74 e 122-74.

Marcando ainda, uma Sessão para quinta-feira, dia 17, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 632-65, 212-73, 270-73, 286-73, 58-74, 78-74 e 88-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 25.a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia quando o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 564-62 — de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que cria no Município de Barracão, o Distrito Administrativo de Tiradentes, com sede e divisas que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 631-65 — de autoria do Deputado Arnaldo Busato, Ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 45-65, que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Rio 14, no Município e Comarca de Francisco Beltrão.

PROJETO DE LEI N.º 321-68 — de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Alvorada D'Oeste.

PROJETO DE LEI N.º 428-68 — de autoria do Deputado Ovídio Franzoni, que dá novas divisas ao Município de Nova Olímpia.

PROJETO DE LEI N.º 156-69 — de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, que passa à responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada municipal que liga Jacarezinho ao Município de Barra do Jacaré, numa extensão de trinta quilômetros.

PROJETO DE LEI N.º 11-70 — de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Centenário do Sul, com jurisdição nos municípios de Lupionópolis, Cafeara, Florestópolis e Porecatu.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15-68 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 82-68, que autoriza a Comissão Executiva deste Poder a enviar sugestões e críticas sobre o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, que trata da redivisão territorial do Brasil.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 158-74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado. — Aprovadas.

Com referência aos Projetos de Lei de nrs. 115-74 e 116-74, que se achavam tramitando nesta Comissão, foram por deliberação do Plenário arquivados, de acordo com o parágrafo 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto-Maior, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Lélcio Guimarães Sotto-Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 564-62

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Barracão, o Distrito Administrativo e Judiciário de Tiradentes, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— partindo da foz do arroio do Arrczal subindo por este até a sua cabeceira, seguindo por uma linha seca até alcançar uma cordilheira por onde passa a antiga estrada Tropeira e continuando por esta até a nascente do arroio do Cedro, descendo por este até a sua foz com o rio Tamanduá (Sarandi) e por este abaixo até a sua foz no rio Capanema e por este acima até o rio Pinhalito, subindo por este até fazer barra com o rio das Águas e finalmente por este acima até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 631-65

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo e Judiciário de Rio 14, com sede na localidade do mesmo nome, Município e Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 321-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo e Judiciário de Alvorada D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa na divisa do Município de Capitão Leônidas Marques, pelo rio Gonçalves Dias até encontrar a localidade de Cruzinha, ao Oeste até encontrar a cabeceira do arroio Silveira, por este abaixo até encontrar o Rio Andrada, rio Andrada abaixo até encontrar a divisa do Município de Capitão Leônidas Marques, por este em linha seca até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 428-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Município de Nova Olímpia, passa a ter as seguintes divisas:

— inicia na Barra do Rio Capricórnio, com Tapiracuí descendo por este até encontrar as terras da Fazenda Mineira prosseguindo por linha seca e reta até o 2.º marco do lote de n.º 22 da Fazenda Paulistinha, seguindo em linha reta até a nascente do Rio Água Raza, descendo pelo mesmo até o Rio das Antas, subindo pelo mesmo até a cabeceira do Rio São Domingos, continuando por linha reta e seca até encontrar o Rio Capricórnio, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 156-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Jacarezinho à sede do Município de Barra do Jacaré numa extensão de 30 (trinta) quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 11-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Centenário do Sul, com jurisdição nos municípios de Lupionópolis, Cafelândia, Mirassolândia, Florestópolis e Porecatu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 115-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, 1.500 (um mil e quinhentos) cargos de Professor de Ensino Médio Nível 22 (Licenciado) a serem preenchidos no ensino de 2.º Grau, por professores licenciados em cursos superiores de formação pedagógica, através de concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único — Os cargos criados por este artigo terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

I — 250 (duzentos e cinquenta) a matérias técnicas profissionalizantes em estabelecimentos de ensino da Capital e interior do Estado;

II — 150 (cento e cinquenta) à Educação Física em estabelecimentos de ensino do interior do Estado; e

III — 1.100 (um mil e cem) cargos aos estabelecimentos de ensino do interior do Estado, excluídas as cidades sedes de unidades polo.

Art. 2.º — Para os efeitos desta Lei, são consideradas matérias técnicas profissionalizantes aquelas que assim forem definidas através de Resolução do Conselho Estadual de Educação.

Art. 3.º — Ficam, ainda, criados no Quadro Próprio do Magistério, 50 (cinquenta) cargos de Orientador Educacional, Nível 22, a serem preenchidos através de concurso público de provas e títulos, por profissionais especialistas licenciados em curso superior de formação pedagógica, com habilitação em orientação educacional.

Art. 4.º — No referido Quadro Próprio do Magistério, ficam também criados 50 (cinquenta) cargos de Supervisor de Ensino, Nível 22, para preenchimento mediante concurso público de provas e títulos, por profissionais especialistas licenciados em curso superior de formação pedagógica, com habilitação em supervisão de ensino.

Art. 5.º — A jornada semanal de trabalho dos ocupantes de cargos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino é de trinta e duas e meia horas.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 116-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Para os fatos impositivos que ocorrerem a partir de 1.º de janeiro de 1975, as alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias terão as seguintes relações percentuais:

I — nas operações internas, 14,5% (catorze e meio por cento) em 1975 e 14% (catorze por cento) após 31 de dezembro de 1975;

II — nas operações interestaduais, 12% (doze por cento) em 1975 e 11% (onze por cento) após 31 de dezembro de 1975;

III — nas operações de exportação, 13% (treze por cento).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a enviar ao Congresso Nacional, sugestões e críticas sobre o Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Floriano Rubin, em tramitação naquela Casa, e que trata da redivisão territorial do Brasil.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Iris Caldart

Lázaro Dumont

Relatores

#### 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 177ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 16 de Outubro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Marciano Baraniuk.

As 14:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Aquinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Quilise Cristóforo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios da Saúde Pública. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

#### 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 178ª Sessão Ordinária Realizada em 16 de Outubro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont

— Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Brandão — Wilson Fortes (30); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Quilsele Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei nrs. 532-65, 212-73 276-73, 286-73, 58-74 e 88-74.

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, o envio de telegrama ao Presidente da República, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, solicitando o reexame e posterior revogação da medida que determinou a suspensão das operações de descontos de duplicatas que eram feitas pelo Banco do Brasil na taxa de 1,3 de juros ao mês e que, após o dia 15 do corrente mês até o fim do mesmo, todas aquelas operações que eram concedidas ao comércio e indústria foram suspensas, reabrindo somente no dia 4 de novembro.

Essa medida, que segundo nos parece será tomada mensalmente, causou profundo mau estar a todos que recorriam ao Banco do Brasil para efetuarem descontos de duplicatas e somente restando-lhes a alternativa de efetuarem operações com aquele Banco durante a segunda quinzena deste mês e evidentemente dos meses posteriores numa faixa de 31% de juros ao ano acrescidos de I.O.F.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1974.

(a) Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente.

Considerando que todos devem ser iguais perante a Lei; Considerando que para papel e celulose e produtos farmacêuticos há maior dilatação de prazo para recolhimento do I.C.M.;

Considerando que a indústria madeireira está atravessando séria crise nas suas vendas e por isso são obrigadas a faturar a 60 e 90 dias;

Considerando que após a fatura, o I.C.M. sobre a madeira deve ser recolhido em 15 dias e, ainda que, dificilmente os estabelecimentos de crédito estão operando em descontos,

É o presente para, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício ao Senhor Secretário da Fazenda, para que conceda maior prazo aos madeireiros para o recolhimento do imposto do I.C.M.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos os Senhores Deputados devem ter recebido um memorial da Associação dos Professores do Paraná, que passarei a ler para que conste dos Anais da Casa. O presente memorial, ao que me parece, por si só diz das aspirações da classe. Falar sobre o mesmo seria repetição. A simples leitura do memorial já diz das reivindicações da nobre classe dos professores do Paraná.

O mesmo é dirigido ao Sr. Governador do Estado e diz: "O acesso à Educação é um direito de todos e a sua manutenção, um dever de solidariedade humana".

Depois da introdução faz o memorial, as seguintes considerações:

"Tendo em vista que:

1 — Foi constituída por Decreto governamental, em setembro de 1973, Comissão de Técnicos da SEC e Fazenda para avaliar os gastos com o MAGISTÉRIO e a aplicação da REFORMA de ENSINO em 1974;

2 — O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, após ser estudado por diversas COMISSÕES feitas na SEC, através de vários SECRETÁRIOS desde 1972, foi enviado ao GOVERNO DO ESTADO em dezembro de 1973;

3 — Tal ESTUDO foi acompanhado de dois PARECERES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, por COMISSÕES específicas sobre estudos de ESTATUTOS DO MAGISTÉRIO e concluiu que o trabalho elaborado pela SEC do Paraná estava de acordo com a Lei Federal 5.692-71 e Decreto Federal 71.244-72;

4 — A situação econômico-financeira do Estado, conforme declarações do Secretário da Fazenda, em Paranaguá, em julho p.p., é boa. O mesmo afirmou que no 1.º semestre o comportamento da receita estava de acordo com as previsões, e, que no 2.º semestre a previsão será de um Superávit em relação às previsões feitas, embora café e soja ainda não tenham correspondido às expectativas de exportação.

5 — O jornal "O Estado do Paraná", de 23-6-74, publicou declarações do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Rui Marcondes, afirmando que o ano de 1973 foi economicamente positivo, com saldo em caixa no valor de 89% a mais que o ano anterior e que o Tesouro do Estado fechou o ano de 1973 com saldo em caixa de 155.174.076,46.

O mesmo jornal noticiou em 30-7-74 que a SEC recebeu do Banco MEC-USAID 9 milhões e 700 mil dólares para investimentos em Educação".

Prossegue o memorial.

"Senhor Governador:

Diante de todos esses fatos, mui respeitosamente, solicitamos "Justiça sem favor nem privilégio para o Magistério do Paraná", com o envio em caráter de urgência do Anteprojeto do novo Estatuto do Magistério do Paraná, possi-

bilitando esteja o mesmo sancionado até o dia 15 de outubro p.v. de vez que da Lei 5.978-69, reavaliação de cargos, muita coisa deixou de ser feita".

E daí por diante estende-se a Associação dos Professores em diversos tópicos.

O memorial encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pleiteava na oportunidade, isto em data de 1.º de setembro, que enviasse com urgência o Anteprojeto do Estatuto do Magistério, para que no dia de ontem, Dia do Professor, o Governador o sancionasse.

Vã esperança dos Srs. Professores do Paraná, porque o Sr. Governador não se dignou de enviar a esta Casa a referida Mensagem com o Estatuto do Magistério Público do Paraná. Mas, em outro memorial enviado aos Srs. Deputados a Associação Paranaense dos Professores, a Associação dos Professores Licenciados do Paraná, a Associação dos Professores de Palmas, também além de diversas reivindicações, diz em um dos tópicos: Lembramos aos Srs. Deputados que estamos acompanhando de perto as atividades desta Casa de Leis, e estranhamos não ter havido maior empenho, notadamente por parte daqueles que representam a maioria, na aprovação do Estatuto do Magistério, que representa a última esperança para a verdadeira profissionalização do professor que há tanto tempo aguarda, já com certa intranquilidade, o seu Estatuto.

Diz ainda no memorial enviado ao Sr. Governador do Estado, que as promessas feitas pelo Sr. Governador, o foram em audiência que o Sr. Governador do Estado concedeu à Associação, através do nobre Deputado Federal Hermes Macedo.

E contra isso, Sr. Presidente, que me insurjo. Insurjo-me quando a Associação dos Professores vem no memorial enviado a esta Casa, dizer que estranha o pouco empenho notadamente daqueles que constituem a maioria, isto é nas entrelinhas disseram, notadamente os Deputados da ARENA. Não é verdade, Sr. Presidente, porque o Deputado Antônio Lopes Júnior, um dos mais firmes defensores da classe dos Professores do Paraná, eis que S. Exa. também é professor, tem batalhado incansavelmente em favor da nobre classe do professorado. Eu mesmo já ocupei esta Tribuna solicitando ao Sr. Governador providências para que enviasse a esta Casa, com a máxima urgência, a Mensagem capeando o Estatuto do Magistério porque sabemos que é uma das reivindicações justas do professorado do Paraná. Atendi a Diretoria da Associação, quando solicitava, por meu intermédio, uma audiência com o Sr. Governador do Estado. Não obtendo êxito, porquanto o Sr. Governador do Estado afirmou categoricamente que não concederia a referida audiência, apelei ao Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo nesta Casa. S. Exa. com a autoridade de Líder do Governo, com a autoridade de um dos mais brilhantes Deputados desta Casa, tentou também, reiteradas vezes, infrutiferamente, apesar de sua condição de Líder. Por último, apelei ao Presidente desta Casa, ao Deputado João Mansur, candidato da ARENA ao Senado da República. S. Exa. investido dessa autoridade de Presidente do Poder e ainda da autoridade que lhe confere sua posição privilegiada de líder político no Paraná, também tentou junto ao Governador Emílio Gomes, obter a mesma audiência, e da mesma forma fracassou.

Dizia naquela oportunidade o Sr. Governador, que não poderia conceder audiência porque não havia concluído os estudos que possibilitassem o envio a esta Casa de um estatuto que realmente viesse de encontro às aspirações do Professor do Paraná.

Aceitamos naquela oportunidade, tanto este Deputado, como o nobre Deputado Ivo Thomazoni, bem como o Presidente desta Casa, Deputado João Mansur aceitamos as ponderações do Sr. Governador Emílio Gomes, porque as achamos razoáveis e de nada adiantaria o adomamento do envio a esta Casa, de matéria tão importante para a vida do Professor. E agora, com muita estranheza, com muita estranheza mesmo, lemos este memorial da Associação dos Professores onde estarrecidos verificamos que o Governador do Estado concedeu audiência à Associação dos Professores, mas num total desprestígio a esta Assembleia Legislativa, porque concedeu através do nobre Deputado Hermes Macedo. Não há nesta afirmativa nenhum demérito à personalidade do Deputado ilustre representante do Paraná na Câmara Federal.

O nobre Deputado Hermes Macedo é empresário bem sucedido, que como político representa com muita habilidade o povo que o escolheu.

Mas ele conseguiu uma audiência com a Associação dos Professores. E por esta razão está gerando uma revolta surda, entre os Deputados que compõem a Bancada da ARENA nesta Casa.

É pelo espelinhamento com que somos tratados por parte de alguns Secretários de Estado e até então pelo Governador Emílio Gomes que vinha pautando sua conduta num tratamento elegante e delicado com esta Casa, falhou lamentavelmente, desprestigiando os Srs. Deputados da ARENA, quando tentaram em vão conseguir uma audiência tão justa e necessária para a Associação dos Professores do Paraná. Foi por isso que eu disse numa entrevista a um programa de televisão, nos horários gratuitos que nos são concedidos por lei através do Tribunal Regional Eleitoral, eu disse na oportunidade quando me perguntaram se eu era governo ou oposição, eu disse que eu era Governo quando ele estava certo; quando o Governo estava errado eu era oposição. Neste instante, eu sou oposição, quando o Governo vem procrastinando o envio a esta Casa de uma Mensagem que pleiteia o Estatuto do Magistério quando o Governo faz ouvidos de mercador ao apelo desta valiosa classe, que é o professorado paranaense.

E amanhã quando esta classe fizer uma nova greve, como fez em 68, vão ser taxados de subversivos, o que não é verdade, quando uma classe digna como a do professorado, vem de reclamar um Estatuto que de há muito já deveria ser votado por esta Casa.

Porisso, a paciência desta gente, já está esgotada, já fizeram vários apelos, suplicaram, e eu não sei o porque, a receita já subiu 164 por cento com relação ao exercício anterior e não foi dado ainda atendimento às solicitações do nosso professorado.

Neste instante o que me causa repulsa, é a devota pela humilhação que o nobre Líder do Governo nesta Casa e Presidente deste Poder, o nobre Deputado João Mansur, que não conseguiu, imaginem, o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, não ter forças necessárias para conseguir uma audiência, no entanto vem um Deputado Federal e consegue, no que não há demérito, apenas ele estava cumprindo o seu dever de representante do povo paranaense na Câmara. Fica o registro de nossa revolta pela forma inusitada como foi tratado o Presidente desta Casa e o seu Líder. Se não prestigia o Governo o seu Líder vai prestigiar a quem? — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Lopes Júnior, segundo orador inscrito.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Primeiramente, Sr. Presidente, quero apresentar a minha solidariedade ao Magistério paranaense ao qual perten-

ci por 20 anos no passado, e que por força de minha atividade política fui obrigado a abandoná-lo. Quero aproveitar a oportunidade para dizer apenas que não me solidarizo com palavras, e não apenas eu, mas todos os Srs. Deputados tem feito o que fiz, tanto dentro desta Casa como fora dela, para que o Magistério possa ainda ter o seu ambicionado Estatuto. Eu que tive a grande luta, porque em tempos passados também aconteceu a mesma coisa, fui autor do Projeto do Conselho Estadual de Educação, fui autor do Projeto e o Paraná foi o penúltimo Estado a criar o seu Conselho Estadual de Educação, foi autor do quadro próprio do Magistério, como fui Relator Geral e apresentei um Substituto Geral ao Estatuto vigente do Magistério, e tive, tenho envidado todos os esforços para que os professores paranaenses tenham o seu Estatuto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para apresentar um Requerimento dirigido a S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda sobre um Item Constitucional que diz que todos são iguais perante a lei, entretanto há diferenciação do ICM que precisa de um dispositivo especial para que este dispositivo não seja lei morta. Para certos produtos como papel, celulose e talvez outros produtos, o ICM pode ser pago em 60 ou até 90 dias. Entretanto, a indústria madeireira que tem enfrentado nestes últimos tempos uma crise formidável com retenção de crédito para o desconto de duplicatas é difícil a vida para a situação em que se encontra a indústria madeireira que é obrigada a sacar as duplicatas que são emitidas com 60 ou 90 dias e o ICM em 15 dias. Assim, a indústria madeireira é obrigada a pagar antecipadamente o imposto de sua venda e às vezes mesmo vencido o prazo não pode receber. Por isso, dirijo um apelo ao Sr. Secretário da Fazenda para que estude normas referentes ao assunto, dilatando o prazo do ICM na certeza de que S. Exa. sensível aos problemas que afligem o povo paranaense, atenderá o apelo que não é apenas da classe madeireira como toda uma população constituída de operários que trabalham para essa indústria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Não era nossa intenção falar na presente Sessão, mas um fato grave, gravíssimo nos traz a esta Tribuna para alertar esta Casa sobre o tiro de misericórdia que está sendo dado à indústria e ao comércio do Paraná, e, creio que do Brasil, porque parece que a medida é nacional.

O Banco do Brasil a partir de ontem cancelou todas as operações de descontos que vinham sendo feitas na base de 1,3%, descontos de duplicatas que eram dados aos comerciantes e industriais do Estado.

Ocorre, Sr. Presidente, que com este cancelamento, com esta medida negativa por parte do Banco do Brasil, não continuando a operar na faixa de 13%, só operando numa faixa de 31% ao ano mais IOF que vai à casa de 34 ou 35%, quase 3% ao mês, vai ocorrer um sério problema na classe industrial e comercial de nosso Estado.

E vai um alerta aos Srs. Deputados, de que vai haver uma quebraadeira que não tem tamanho. Ninguém, na indústria e no comércio, vai conseguir sobreviver a esta medida proibitiva do Banco do Brasil, se não providenciarmos medidas junto ao Ministro da Fazenda, Mário Simonsen e junto ao Presidente da República, para que determinem que o Banco do Brasil reformule esta medida e volte a operar normalmente com descontos de duplicatas com firmas tradicionais com firmas de conceituação que ofereçam documentos hêbeis, com garantia, inclusive, de seu próprio patrimônio.

Ontem, dia 15 de outubro, determinou que só vai operar no dia 1º de novembro. Portanto um interstício de 19 dias vai ficar sem atender o comércio e a indústria. Ninguém vai suportar o ônus. Já havia rescisão de crédito e os Bancos particulares não tinham condições de atender às solicitações feitas, mesmo por comerciantes que tinham o chamado "saldo médio". O Banco do Brasil era a tábua de salvação para que o País não fosse à bancarrota. Com esta proibição ninguém vai segurar ninguém.

Requeiro à Mesa e vou redigir um telegrama ao Ministro da Fazenda para que o Banco do Brasil reformule esta medida de suma, cruel e anti-patriótica, que modifique esta técnica econômico-financeira, sob pena de irmos ao caos e à ruína. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEN DO DIA.

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259/73, de autoria dos Deputados Antônio Lopes Júnior e Igo Iwant Losso, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque. Sem Parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/74, de autoria do Deputado Domicílio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/74, de autoria do Deputado Maurício Fruct que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná a Helene Garfunkel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243/73 de autoria do Deputado Maurício Fruct que suprime a partir de 1974 nos Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º Grau do Estado as aulas aos sábados onde cumprir-se-á no mínimo 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 379/73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Associação Interconfessional de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Japira trator marca John Deere, dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/74, de autoria do Deputado Gabriel Mancel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia, Kombi Wolks, ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 55/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao município de Santa Amélia, a viatura de placa n.º CE 34-77, ano 1.966, marca Kombi Wolks, certificado n.º A.494433, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Gabriel Manoel

#### JUSTIFICAÇÃO:

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à municipalidade em questão, por motivo da referida achar-se em estado inservível.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 55/74

##### P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, é autorizar o Poder Executivo a doar, ao Município de Santa Amélia, a viatura de placa n.º CE 34-77, ano 1966, marca Kombi Wolks, certificado sob n.º A.494433, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços ao referido Município.

Conforme justifica o autor da Proposição, a viatura objeto da pretendida doação, se encontra integrada nos serviços sanitários do mencionado Município, não havendo portanto interesse do Estado em conservá-la sob sua responsabilidade.

Sendo uma medida meramente autorizatória ao Poder Executivo, não se insurge nenhum óbice que obste a tramitação normal do Projeto.

Quanto à oportunidade nada há a opor.

Faço ao exposto, opino pelo ACOLHIMENTO da Propositura.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17-6-74.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### P A R E C E R

##### AO

##### PROJETO DE LEI N.º 55/74

I) — A Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou a respeito da constitucionalidade e jurisdição do Projeto.

II) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada a opor.

Somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06-06-74.

Ovidio Franzoni — Presidente

João Fadel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Neto, que dá nova redação ao Art. 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 80/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Art. 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 1.º — Fica denominada "Governador Parigot de Souza", a rodovia P.R.-1, em toda a sua extensão".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1974.

(a) Borsari Netto

#### JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão possui uma extensão bem maior do que o trecho denominado na lei em referência, o que poderia no futuro gerar confusões e prejudicar inclusive a ação do Departamento de Estradas de Rodagem.

Atribuindo a todo o curso da rodovia a denominação de "Governador Parigot de Souza", esses aspectos são superados e a justa homenagem ao grande paranaense estará melhor concretizada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### P A R E C E R

##### AO

##### PROJETO DE LEI N.º 80/74

I) — Conforme se depara pela justificativa apresentada, a rodovia PR-1 não tem a mesma denominação em todo o seu percurso, o que, no futuro, pode gerar confusão junto aos órgãos ligados ao setor rodoviário.

II) — Assim também o entendemos e concluímos pela aprovação do Projeto, visto não existir qualquer óbice de caráter legal ou constitucional para antepormos ao mesmo.

Sala das Comissões, em 14-06-74.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER ao  
PROJETO DE LEI N.º 89/74

Assinado pelo ilustre Deputado Francisco Borsari Neto, o Projeto de Lei ora em exame nesta Comissão, visa alterar o art. 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974, com objetivo de nominar de "Governador Parigot de Souza", a rodovia PR-1, em toda a sua extensão.

Do ponto de vista desta Comissão, não vejo óbice nenhum para aprovação do presente Projeto.

Pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1974.  
Borsari Neto — Presidente  
Lázaro Dumont — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo dispensar a exigência da construção do restaurante popular tipo SAPS, constante no artigo 2.º da Lei n.º 726, de 31-10-51. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 122/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a exigência da construção, de um restaurante popular tipo SAPS, constante no artigo 2.º da Lei n.º 726, de 31 de outubro de 1951.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 14 de agosto de 1974.

(4) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA

A Lei n.º 762, de 31 de outubro de 1951 que autorizou a doação do imóvel em questão, dispõe, em seu artigo 2.º que, pela donatária, seria construído no local um prédio que contivesse em suas instalações centrais, além de outras obras assistenciais, um restaurante popular tipo SAPS. O prédio foi construído e nele várias obras assistenciais e culturais estão instaladas, exceção ao restaurante tipo SAPS. Assim sendo e tendo em vista que o local foi considerado inconveniente à instalação de restaurante e ainda pelo fato de que a forma dos chamados restaurantes SAPS não frutificou no País por não terem sido obtidos os resultados que eram esperados, solicitamos aos nossos Ilustres Pares a aprovação do presente projeto de lei, por ser de inteira justiça.

LEI N.º 762

DATA: 31 de outubro de 1951

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar à "Ação Social do Paraná", o imóvel de propriedade do Estado, situado em Curitiba, que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à "AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ", o imóvel de propriedade do Estado, situado em Curitiba, constante de casa e terreno, medindo este 11,35 metros para a Alameda Dr. Murici, 13,15 metros para a Rua Saldanha Marinho.

Art. 2.º — A doação será feita mediante a condição de ser construído no referido local, pela donatária, um prédio que contenha em suas instalações centrais, além de outras obras assistenciais, um restaurante popular, tipo SAPS.

Parágrafo Único — A construção desse prédio devará ser iniciada dentro de seis meses da data da efetivação da doação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 31 de outubro de 1951.  
(As. ilegível)

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE ALÇADA  
P.L. N.º 122/74 — fls. 4

A T E S T A D O

ATESTO para os devidos fins que a "AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ" com sede nesta cidade, inscrita sob n.º 120 fls. 24 do Livro A-1 do 2.º Ofício do Registro de Pessoas Jurídicas desta Comarca está funcionando regularmente, sendo seu Presidente nato o Excelentíssimo Senhor D. Pedro Pedalto, seu Vice-Presidente, Monsenhor Boleslau Falarz, seu Secretário Padre Guilherme Osvaldo Neumann e seu Tesoureiro Monsenhor Vicente Vitola.

ATESTO outrossim que a "AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ" não tem recursos suficientes para atingir as finalidades colimadas por seu Estatuto.  
Curitiba, 5 de dezembro de 1973.

JORGE ANDRIGUETTO

Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4.ª CIRCUNSCRIÇÃO  
2.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
COMARCA DA CAPITAL

N.º 4519

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que os Estatutos da Sociedade de "A AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ", com sede nesta cidade, foram inscritos sob n.º 120 às fls. 24 do livro de "Inscrições de Associações", A-1, em 4 de maio de 1945, e que se encontram arquivados neste Cartório. O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 4 de março de 1955.

Gláucia Silva — Sub-Oficial

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER  
AO

PROJETO DE LEI N.º 122/74

I) — O Projeto em exame, quanto ao mérito, conforme se depara na justificativa apresentada pelo autor, está bem posto e deve merecer a aprovação desta Casa. Além do mais, trata-se de mera autorização legislativa, que fica a critério do Poder Executivo para veto ou sanção.

II) — Quanto ao aspecto legal ou constitucional do Projeto, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada temos para antepor ao mesmo.

Pela aprovação.

(As. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs. 632-65, 212-73, 270-73, 288-73, 58-74 e 88-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que conceda maior prazo aos madeireiros, para o recolhimento do I.C.M. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Presidente da República, bem como aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil S. A., visando o reexame e posterior revogação da medida que determinou a suspensão das operações de descontos de duplicatas, que eram feitas pelo referido Banco, todas aquelas operações que eram concedidas ao comércio e indústria foram suspensas, reabrindo somente no dia 4 de novembro. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, às 10 00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.